

PRÁTICA ARTESANAL, IDENTIDADE E CULTURA NAS COMUNIDADES DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO PARANÁ

CLEMILDA SANTIAGO NETO.¹

RESUMO

Este artigo é resultado do trabalho realizado pelo “Grupo de Trabalho Clóvis Moura”, durante os anos de 2005 a 2010, buscando encontrar as famílias negras, descendentes de negros e negras sequestrados em território africano que residem no meio rural paranaense. Compreender o contexto que envolve o resgate da prática artesanal e identificar os recursos utilizados na confecção do mesmo, bem como entender a dinâmica da prática artesanal num processo histórico e reprodutivo entre distintas gerações. O contato direto com as comunidades quilombolas paranaenses, o diálogo, e o acompanhamento das atividades da vida cotidiana, individual e da comunidade no momento das visitas realizadas nas comunidades, resultou no armazenamento das informações sobre a vida presente, como também as histórias contadas pelos mais velhos das Comunidades Tradicionais Negras e Quilombolas do Paraná.

Palavras-chave: quilombo. Artesanato. Negritude. território.

ABSTRACT

This article is the result of work carried out by the "Working Group Clovis Moura" during the years 2005-2010, trying to find black families, descendants of blacks and black kidnapped in African territory residing in Paraná countryside.

Understand the context in which the recovery of craft practice and identify the resources used in the making of it, and understand the dynamics of craft practice in a historic and reproductive process between different generations.

Direct contact with the Paraná quilombo communities, dialogue, and monitoring of activities of daily living, individual and community at the time of the visits in the communities resulted in the storage of information on the present life, but also the stories of more old of Traditional Black Communities and Quilombo of Paraná.

Keywords: quilombo, crafts, negritude e territory.

¹ Clemilda Santiago Neto, historiadora, especialista em Educação Patrimonial, Téc. Pedagógico SEED-Pr e membro do ex-Grupo de Trabalho Clóvis Moura.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o conceito de quilombo passou por uma ressignificação definindo-o enquanto comunidade com ancestralidade negra que compartilha um mesmo território e uma mesma cultura. As comunidades quilombolas lutam pela legalização da posse da terra na qual se encontram instaladas, pois a posse da terra é um fator primordial para a realização de iniciativas por parte dos grupos quilombolas que promovam o desenvolvimento das comunidades quilombolas, dos municípios aos quais pertencem e conseqüentemente do estado do Paraná.

O processo de construção de políticas públicas para comunidades quilombolas no Brasil, encontra-se ancorado no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal Brasileira de 1988 que considera válida, para fins de reconhecimento, a auto-atribuição da comunidade a partir dos laços de parentesco, da ocupação tradicional do território e da preservação das tradições culturais de seus antepassados. O critério para caracterização de uma comunidade quilombola passou a ser a auto-atribuição de acordo com o Decreto nº 4887/2003, que diz em seu artigo 2º;

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Embasando os trabalhos de Turatti e Carvalho (2002, p. 4) segundo os quais os fatores de;

[...] parentesco e território, juntos, constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior.

Esta ressignificação da noção de quilombo, pensada por intelectuais em discussões acadêmicas no Brasil, tem um forte eco nas políticas públicas de regularização fundiária, promovidas pelo governo federal. Para tal, a Fundação Cultural Palmares é a instituição que emite a certificação oficial para as comunidades identificadas como de remanescentes de quilombo.

No Estado do Paraná contamos com 37 comunidades regulamentadas a partir desta certificação, automaticamente em paralelo com a identificação, definição da cultura, da

história e da descendência étnica das comunidades quilombolas é iniciada um processo para que o território quilombola seja reconstituído, com vistas à regularização fundiária.

Essa reconstituição faz parte do Relatório Antropológico da comunidade, cuja responsabilidade é do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na qual, encontram-se as comunidades de nosso estado, com exceção da Comunidade Invernada Paiol de Telhas, no município de Reserva do Iguaçu, que foi a primeira a receber parte do seu território no ano de 2014, as comunidades remanescentes de quilombos, ou simplesmente Comunidades Quilombolas, lutam pelo reconhecimento e pela posse das terras que ocupam. Estas comunidades trazem como característica, em sua maioria, serem comunidades rurais. No Paraná existe a Comunidade Adelaide Maria da Trindade Batista do município de Palmas que é urbana. Atualmente a liderança do Quilombo (bairro) e da Capela é Maria Arlete Ferreira da Silva. Esta senhora está sempre contando a história da luta dos ancestrais para seus filhos e netos, para que não se perca o conhecimento acumulado de geração em geração, pois como ela diz:

“Muda-se a forma de viver, mas não se pode perder a tradição”. Cultura antiga: artesanato, a catira, carnaval, boi de mamão, jogo de escopa e na quaresma, a Matraca para a Recomenda das Almas, e a festa de São Sebastião do Rocio. Eram feitos três bailes: na sexta-feira era dos brancos, no sábado só dos pretos e no domingo todos dançavam. “Os bailes, não acontecem mais, pois hoje vieram para o bairro de São Sebastião do Rocio, outras famílias de várias etnias, que não conhecem e não valorizam a tradição negra”. - diz dona Maria Arlete. Quanto às terras, ela fala: “Atualmente, a realidade é que muitos negros se foram embora, pois não tinham como sobreviver depois que o prefeito tomou as terras do quilombo e as vendeu para famílias de descendentes de imigrantes, pobres eles também, por um preço simbólico, para não dizer doação. Sem ter onde plantar e sem infra-estrutura urbana, empregos, a solução para muitos foi ir embora em busca de melhores condições de vida para família”. (informante).

A comunidade festeja São Sebastião no dia 20 de janeiro, conserva a cultura da dança e da música, planta mandioca, feijão, milho, abóbora e batata.

Os Conhecimentos Tradicionais

"São considerados conhecimentos tradicionais todos os elementos intangíveis associados à utilização comercial ou industrial das variedades locais e restante material autóctone desenvolvido pelas populações locais, em coletividade ou individualmente, de maneira não sistemática e que se insiram nas tradições culturais e espirituais dessas populações, compreendendo, mas não se limitando a conhecimentos relativos a métodos, processos, produtos e denominações com aplicação na agricultura, alimentação e atividades industriais em geral, incluindo o artesanato, o comércio e os serviços, informalmente

associados à utilização e preservação das variedades locais e restante material autóctone espontâneo abrangidos pelo disposto no presente diploma”(Artigo 3º do decreto 118/2002).

Para efeito de estudos se trata como saberes tradicionais quilombolas o vasto conhecimento sobre a natureza e a rica cultura que tem sido preservada ao longo de várias gerações, pelas comunidades quilombolas, sua trajetória histórica e conexão com a África, os saberes e as tecnologias que classificaram e causaram a vinda de determinados grupos africanos para o Brasil e sua consequente escravização. Tais conhecimentos são de extrema importância para as diversas áreas da ciência tais como a sociologia, antropologia, biologia e entre outros. Devido ao fato destas comunidades possuírem uma dependência da natureza para a sua subsistência, estes, possuem uma íntima relação com esta e logo, um grande conhecimento e maneira diferente de usá-la e manejá-la; ou seja, eles utilizam os recursos que a natureza os oferece de forma sustentável já que sua sobrevivência depende diretamente dela. Tais conhecimentos, muitas das vezes são de total desconhecimento para os cientistas e de grande valia para se desenvolver medidas sustentáveis a partir de tais saberes, ainda mais se tratando do caos ambiental em que nos dias atuais o mundo enfrenta.

Estes são os traços que as distinguem das demais populações rurais e de outras comunidades afrodescendentes é a presença de uma cultura baseada em saberes tradicionais, que remontam a seus antepassados africanos escravizados no Brasil e seus descendentes, e ainda a acirrada luta pela sobrevivência, pois, na maioria das vezes, são comunidades pobres, com poucos recursos financeiros e sociais, fato que as colocam, muitas vezes, à margem dos interesses das demais esferas da sociedade.

A autoatribuição dos membros de comunidades negras como quilombola é recente, entretanto, já faz parte do processo de constituição da própria história das mesmas, na medida em que se mobilizam e com a apropriação dessa categoria “quilombola” uma série de elementos de identidade comum que se referem a um mesmo passado de escravização e também de laços de compadrio, de casamentos, enfim, de algum parentesco, elementos que do passado tornam-se muito presentes em meio ao este processo que visa à caracterização da identidade destes sujeitos enquanto quilombolas.

Dentre os elementos já citados destacamos o artesanato com o uso de recursos naturais como a madeira, palha de milho, fibra de bananeira, taboa, taquara, canela, para a confecção de vários objetos e instrumentos de trabalho consolidando um patrimônio cultural quilombola composto de um rico repertório de bens culturais, envolvendo as expressões dos modos de

fazer, pensar, sentir, de se relacionar consigo mesmos e com a natureza, o que de acordo com o autor Arruti demonstra que a:

“Comunidade quilombola não é necessariamente compreendida como um agrupamento símbolo de resistência política e de rebeldia, mas, sobretudo, como uma comunidade que resiste no tempo, em seu espaço, e que mantém laços de pertença e de identidade culturais que passam por complexas redes de relações sociais, afetivas, econômicas e de parentesco.”(ARRUTI, 1997).

OBJETIVOS

Diante da produção de novos sujeitos políticos, que outrora simplesmente ocupavam seus “territórios” para sobreviver e agora, perante a realidade atual necessitam da titulação de suas terras para garantia de permanência, torna-se essencial sua reafirmação identitária. As atividades artesanais têm se constituído ao longo do tempo como uma das principais fontes de subsistência para comunidades tradicionais rurais, definidas por Krucken (2009, p. 32) e Almada, Coelho e Fernandes (2009) como as “indígenas, ribeirinhas, sertanejas, caiçaras e quilombolas”. Nestas atividades estão incluídos atividades econômicas (trabalho e geração de renda) e fatores culturais, seja na forma de conteúdos do patrimônio material (produtos, utensílios e demais objetos) e imaterial (significados e conhecimentos).

O artesanato, como parte ativa e criadora de cultura material, é “movido pela arte do saber e do fazer, influenciado pelo ambiente, pela cultura e pelas tradições locais” (POUSADA, 2005, p. 39). Portanto, o trabalho se direciona a um dos elementos culturais que ressurgiu espontaneamente durante o período de levantamento das necessidades básicas para construção de políticas públicas para o atendimento das Comunidades Tradicionais Negras e Quilombolas do Estado do Paraná realizado durante o período novembro de 2005 a novembro de 2008, pelo “Grupo de Trabalho Clóvis Moura¹”.

Mesmo com as pressões sofridas, a falta de apoio das estruturas federais, estaduais e municipais, o certo é que a população negra procura resgatar e resguardar antigas tradições, em muitas comunidades, festas e danças lembram os ritmos da África, trazidas pelos antepassados em uma mistura com a religiosidade trazida pelos portugueses; cito como

¹ Grupo de Trabalho Clóvis Moura; A criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM) no Governo do Estado, instituído pela Resolução Conjunta 01/2005-SEED-SEEC-SEAE-SEMA-SECS e posteriormente ampliado com a participação de outras Secretarias e com prazos prorrogados pelas Resoluções Conjuntas 01/2006 e 01/2007-SEED-SEEC-SEAE-SEMA-SECS-SESU-SEAB-SEJU-SETI-SETP-PMPR, rompe com o pacto do silêncio das elites, e em especial com o viés latifundiário, como mecanismo de invisibilização das questões étnico-raciais do Paraná.

exemplo a Romaria de São Gonçalo, a Romaria do Divino, a Mesa de Anjos, a Recomendação das Almas/com a utilização da Matraca, dentre outras.

Estas comunidades buscam preservar o artesanato em palha, madeira, Conservam pratos que eram feitos pelos seus ancestrais. Utilizam-se da medicina natural através dos chás, banhos, pomadas de ervas e raízes nativas ou cultivadas pela comunidade. Tanto as mulheres como os homens trabalham na casa de farinha e os mais jovens não dispensam uma partida de futebol, no campo, a novela o jornal na televisão, no entanto, mais importante do que as informações do mundo moderno, tem sido a consciência, cada vez mais forte, da importância da identidade de um povo.

Diante disto, objetiva-se neste ensaio:

- a) Compreender o contexto que envolve o resgate da prática artesanal e identificar os recursos utilizados na confecção do artesanato:
- b) Entender a dinâmica da prática artesanal num processo histórico e reprodutivo entre distintas gerações.

METODOLOGIA

A metodologia de investigação participante ancorada, sobretudo, no uso da técnica de contato direto com os próprios quilombolas, com ênfase no diálogo, e no acompanhamento das atividades da vida cotidiana, individual e da comunidade como um todo. Através das visitas realizadas nas comunidades, buscou-se tanto informações disponíveis no presente, como também no plano da memória das Comunidades Tradicionais Negras e Quilombolas do Paraná.

RESULTADOS

Através da metodologia aplicada foi possível identificar os recursos utilizados para a confecção na forma mais variada de artesanatos sendo que o material utilizado sempre de procedência da própria comunidade. Numa perspectiva histórica, os produtos passaram por uma renovação, adquirindo novas formas e novas utilidades como a atribuição de valor econômico. O ressurgimento desta prática cultural evidencia a reafirmação da identidade dos moradores quilombolas destas comunidades, além das interações entre gerações. Os membros da comunidade quilombola de “Areia Branca” do município de Bocaiúva do Sul, Estado do

Paraná, que é uma comunidade afro-indígena, que de acordo com os relatos feitos pelas lideranças da mesma, citam a perpetuação desses saberes, que foram transmitidos, de geração em geração, como por exemplo, o conhecimento das técnicas artesanais, e ainda hoje, a utilização de materiais como a taboa, a palha de milho e a taquara, que consecutivamente são respeitosamente retirados da natureza de forma sustentável para a produção de cestas, peneiras, redes, dentre outros objetos artesanais.

Utilizados historicamente na agricultura, todos os elementos produzidos pelas comunidades transformam-se em possibilidade de ampliação de renda para quem luta arduamente pela sobrevivência. Outro ponto fundamental é a preservação dos saberes tradicionais para esta comunidade transformou-se em foco de resistência de uma gente que não quer passar despercebida e, ao mesmo tempo, busca conservar firmes suas raízes.

Galeria de Fotos.

Procuramos apresentar este trabalho através de duas perspectivas: o escrito e o vivido, sendo o último marcado pelas influências do cotidiano que em sua perspectiva vivida é refeito a cada olhar e a cada experiência cotidiana.



FOTO – CLEMILDA SANTIAGO NETO, 2008.

Nas Comunidades de Remanescentes de Quilombos de Areia Branca, município de Bocaiúva do Sul, Córrego do Franco, município de Adrianópolis, as peneiras, feitas de bambu e também de taquara são utilizadas para selecionar sementes, escolher o feijão, o arroz e o milho jogando para o alto e aparando novamente, assoprando para separar as cascas, ainda acontecem nos terreiros das comunidades quilombolas. Elas também são utilizadas na secagem de ervas medicinais e de frutas.

Rede em palha de milho



FOTO – CLEMILDA SANTIAGO NETO, 2008.

Na Comunidade de Remanescentes de Quilombos do Limitão no município de Castro, os balaios, comumente utilizados na maioria das comunidades quilombolas paranaenses, para a colheita do feijão do milho, são também usados para guardar a erva mate, para as galinhas chocarem seus ovos.



FOTOS – CLEMILDA SANTIAGO NETO, 2007.

Nas Comunidades quilombolas de Palmital dos Pretos, município de Campo Largo, Serra do Apon, município de Castro o conhecimento tradicional das formas de tramar e trançar atualiza-se na utilização de materiais considerados muitas vezes como lixo pela sociedade, mas a sabedoria do reaproveitamento, transforma em peças decorativas, coloridas e alegres, herança ancestral africana, fruto do sentimento atávico que reaparece nos

descendentes, que ao mesmo tempo em que buscam manter os ensinamentos dos antigos, estas comunidades identificam novas matérias primas, fazendo uma releitura do aprendido.

Produção Artesanal da farinha de mandioca **Comunidade Quilombola de João Surá - Adrianópolis**



FOTO - CLEMILDA SANTIAGO NETO, 2008.

Nas casas de farinha quilombola, a produção é feita de modo artesanal, com mão de obra familiar ou com a participação de membros da comunidade. No processo de fabricação da farinha distinguem-se as seguintes etapas: colheita da mandioca, lavagem e descascamento das raízes, ralamento, prensagem, peneiramento e torração.

Colheita: para se obter uma farinha de melhor qualidade, as raízes devem ser colhidas de 16 a 20 meses após a plantação, nos meses entre abril e agosto, quando apresentam maior rendimento. Transportadas para a casa de farinha, o processamento deve ser iniciado num prazo de 36 horas, uma vez que a fermentação das raízes começa logo após a colheita.

Lavagem e descascamento: a preparação da farinha inicia-se com a limpeza das raízes, primeiro lavadas para eliminar a terra aderida à casca e depois descascada, para eliminar as fibras e parte do ácido cianídrico. A limpeza bem feita das raízes é indispensável para a obtenção de uma farinha de melhor qualidade. Este trabalho, de modo geral, é realizado pelas mulheres com a ajuda das crianças. Sentadas no chão, com a ajuda de facas afiadas ou raspador, vão raspando as raízes até ficarem bem brancas e limpas.

Ralamento: depois de limpas e descascadas, as raízes são colocadas no ralador, atividade, de modo geral, realizada pelas mulheres, cabendo aos homens proceder ao trabalho de ralação. A

massa ralada vai caindo diretamente sobre o “cocho” de madeira, colocado embaixo do ralador.

Prensagem: depois de ralada, a massa é prensada no tipiti (peça de origem indígena) ou na prensa de madeira. A prensagem destina-se a reduzir a umidade da massa e a eliminar o ácido cianídrico. O líquido resultante da prensagem da massa que é altamente tóxico e poluente, precisando de tratamento especial para evitar a contaminação. Para evitar a fermentação e o escurecimento da farinha, a prensagem deve ser operacionalizada imediatamente após o ralamento.

Peneiramento: o trabalho prossegue com o peneiramento. Quando retirada da prensa, por ter sido submetida a fortíssima compressão, a massa está muito compactada precisando ser esfarelada e, em seguida, peneirada. O peneiramento retém os fragmentos mais grosseiros da massa, chamados crueira, permitindo a obtenção uma farinha mais uniforme.

O último passo é a torração. A massa peneirada é então colocada no forno para eliminar o alto teor de umidade que ainda permanece na farinha crua.

A farinheira, com o auxílio de um rodo de madeira, vai mexendo a massa até a secagem final. O processo de torração define a qualidade e o sabor da farinha que, de acordo com os hábitos de cada região, pode ser mais fina ou mais grossa, mais ou menos seca, com mais ou com menos amido. A gradação desses tipos depende da habilidade da farinheira no controle do tempo de torração e da temperatura do forno.

Em resumo, a ralagem transforma as raízes em massa, a prensagem elimina o suco tóxico e a torração seca a farinha, conferindo-lhe sabor e aroma característicos.

Embora as mulheres tenham grande participação no trabalho de produção da farinha, as atividades mais pesadas são realizadas pelos homens.



FOTO – CLEMILDA SANTIAGO NETO, 2014

O reaproveitamento de retalhos de tecido já era conhecido pelas mulheres negras africanas, para a construção da boneca Abayomi técnica que perpassa gerações, também dos retalhos de roupas que não mais seriam utilizadas, restos de tecidos sobra de confecções produzindo tapetes, que ainda hoje são elaborados com restos de tecidos industrializados em; ráfia, lycra e algodão, sempre apostando na utilização de múltiplas cores muito vivas, o que para as comunidades tradicionais negras e quilombolas, não é segredo.

As comunidades quilombolas paranaenses têm uma história muito ligada ao artesanato. A inexistência de estrutura como estradas e transporte para escoamento dos produtos agrícolas, a escassez de recursos para permanência no território quilombola, quando acontece a pobreza extrema esta promove a evasão de grupos familiares destas comunidades para a periferia das cidades em busca de melhores condições de vida.

Uma das alternativas, para evitar o esvaziamento destas comunidades poderia ser a valorização do artesanato, como fonte de renda, para estas famílias. As associações quilombolas paranaenses buscando aproximação com as Universidades, Federal e as estaduais, o Senar que já em alguns momentos desenvolveu um trabalho com as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, lado paranaense para elaboração e aplicação de projetos de qualificação e comércio destes produtos que são desenvolvidos por estas comunidades.

CONCLUSÕES

Durante o desenvolvimento do trabalho, percebemos que quando uma comunidade negra percebe-se como de remanescente de quilombo buscando a compreensão dos elementos

identitários que visualiza existir em seu entorno; sendo os mesmos, culturais, sociais, étnicos, de relação com o território, sua trajetória histórica implícita na fala dos mais velhos, redefinindo os espaços e o tempo, então o grupo passa a assumir uma posição de sujeito político. A posse do território, o resgate destes elementos possibilita a permanência e a reprodução cultural enquanto sujeitos na construção das políticas públicas que venham atender o que de verdade lhes interessa.

REFERÊNCIAS

ARRUTTI. José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001> Acesso em: 12 de outubro de 2016.

ALBUQUERQUE. M. e CARDOSO, E. M. R. **A Mandioca no Trópico Úmido**. Brasília: Editeria, 1980.

CASCUDO. L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1988.

_____. **História da Alimentação no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1983.

_____. **Antologia da Alimentação no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1974.

CARVALHO. E. **O Mandiococal. In: Tipos e Aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBJE, 1970.

CASCAES. F. **Folclore na Ilha de Santa Catarina**. "A Gazeta", Florianópolis, 20jun., 1960.

HASS. D. **A Farinha da Casa ou Casa de Farinha; Farinha do Mesmo Saco?** Curitiba: UFPR, 1996.

TURATTI. Maria Cecília. M.; SCHIMDT, A.; CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo - identidade e território nas definições teóricas**. Editora: Ambiente e Sociedade. Campinas – SP. 2002.